

RESUMO

Neste artigo, buscar-se-á estudar os conceitos e noções da Nova Ordem Mundial, sua evolução histórica, natureza e distinções, além de abordar questões sobre a globalização econômica, sua constituição e por consequência a adoção pelos Estados Nação da integração ocasionada por blocos econômicos, culminando no aperfeiçoando do que hoje conhecemos como Sociedade da Informação.

Palavras-chave: Nova Ordem Mundial. Globalização Econômica. Construção de Estados. Blocos Econômicos. Sociedade da Informação.

ABSTRACT

In this article we will be seeking to study the concepts and notions of the New World Order, its historical evolution, nature and distinctions, in addition to addressing issues of economic globalization, its constitution and therefore the adoption by the United Nation of integration caused by blocks economic, culminating in perfecting what we know today as the Information Society.

Keywords: New World Order. Economic globalization. Statebuilding. Trade Blocs. The Information Society.

* Advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC), Especialista em Negociações Econômicas Internacionais (UNESP/UNICAMP), MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios (FGV) e Mestrando em Direito da Sociedade da Informação (FMU). É professor de Relações de Consumo (Direito do Consumidor), Fundamentos de Direito Empresarial (foco em sustentabilidade e crédito), Gestão de Serviços Jurídicos, Direito Imobiliário (Real Estate) e Controladoria da FGV – Fundação Getulio Vargas.

Introdução

Em decorrência das diversas modificações a que nossa sociedade passa, se fez necessária à moderna integração do sistema internacional de comércio e sua adequação a atual globalização financeira, juntamente com a criação de novas ideias e seu correto ordenamento, pautado em sistemas de controle que inicialmente ocorreram devido a globalização das economias e suas culturas.

Os aspectos da relação econômica internacional que influenciou inicialmente setores primários e de serviços financeiros influenciaram a evolução e por consequência a adoção de medidas normativas para a implantação de empresas com marcas nacionais, aliadas a abertura ocasionada por blocos econômicos.

Assim, os desenhos do sistema econômico mundial, construído com as transformações ocorridas após a segunda guerra mundial e o fenômeno da globalização, desenvolveram a chamada Nova Ordem Mundial.

As questões financeiras passaram então de secundárias para primárias, na medida em que os países necessitaram de uma estrutura financeira sólida, moderna, perene e integrada culminando na elaboração de sofisticados sistemas de controles de riscos.

A compreensão dessa evolução e sua consolidação nas economias mundiais, sobre o prisma do Direito Econômico e das relações internacionais, determinam a melhor visão sobre o posterior aperfeiçoamento da atual Sociedade da Informação.

1. O Desenvolvimento da Nova Ordem Mundial

Ideias recentes e originais como as teorias do fim da história, do choque de civilizações, da ameaça do capitalismo, da globalização como triunfo do capitalismo e do neoliberalismo, da globalização econômica como imposição da hegemonia do chamado “consenso de Washington” e da globalização

como etapa final do imperialismo parecem cada vez mais fugazes.

As ideias de uma Nova Ordem Mundial como o fim dos conflitos e das contradições políticas, econômicas e sociais aparece, dando margem a idéia de que o mundo gira em torno de uma necessidade de integração comercial sem voltas.

Nesse diapasão, o colapso dos regimes socialistas na Europa Oriental, a partir da segunda metade dos anos 80, que culminou com a desagregação da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) no início dos anos 90, foi decisivo para o fim da Guerra Fria. Assim, nesta Nova Ordem Mundial não faz mais sentido a bipolarização política, ideológica e econômica entre capitalismo e socialismo.

O que se têm certo é que, com a extensão do colapso dos socialismos europeus para praticamente todos os regimes socialistas ou de tendências socialistas no resto do mundo, começou a gerar uma alteração nas políticas econômicas nacionais de países que até então não estavam diretamente envolvidos com essas questões.

Atualmente, mantêm-se como regimes socialistas apenas Cuba, Coréia do Norte e China. Uma rápida observação no cenário político mundial é suficiente para se constatar que Cuba e a Coréia do Norte, por conta de seus regimes ortodoxos, estão cada vez mais isolados. A China é a grande ironia de um país que ainda se considera socialista ou comunista, com regime político fechado, mas que no plano econômico é um dos países em que a economia de mercado mais cresceu na última década.

Segundo Edson Carvalho Ferreira¹:

Os chineses sem dúvida alguma estão fazendo uma Perestroika sem Glasnost, isto é, estão fazendo reformas econômicas estruturais sem abertura política ou democracia.

Também encontramos como indicadores a supremacia dos EUA, como sendo um ator internacional que não oferece concorrências. Atualmente mostra-se a única superpotência no

¹ FERREIRA, Edson Alberto Carvalho, **NOVA ORDEM MUNDIAL**, ed. Núcleo, 1997, p.13

plano político-militar e que, por consequência, detém o poder para a imposição da chamada “Paz Americana”.

O fato é que com a eclosão da onda de separatismos motivados por nacionalismos exclusivistas com conflitos éticos e religiosos, possibilitados pela democratização política e pelo fim dos regimes socialistas na Europa Oriental, nos Bálcãs e na extinta URSS, uma nova demografia política e econômica se desenhou.

Essa nova geografia econômica intensificou um processo de globalização econômica financeira, marcada pela acelerada transnacionalização do capital, pela integração de mercados, pela interdependência entre países, pela competitividade internacional e pela abertura das economias nacionais.

Com isso, ocorreu uma multipolarização econômica, marcada com uma disputa comercial na Organização Mundial do Comércio - OMC e entre os Blocos Econômicos Regionais.

Outros indicadores também marcam a Nova Ordem Mundial, como a diminuição acentuada do poder de controle e regulação dos governos centrais, na implementação de políticas macroeconômicas da expansão do capital transnacional e o aprofundamento da crise dos Estados Nacionais nas suas versões do Bem-Estar Social e Nacional-Desenvolvimentista.

Alguns especialistas também relatam como tendência a “explosão urbana” com a expansão do fenômeno de metropolização e suas consequências, principalmente nos países não desenvolvidos, onde estarão muitas das grandes metrópoles nas próximas décadas, como o caso clássico e atual da China.

Talvez quem melhor retrate esse cenário e suas consequências, seja Francis Fukuyama², ao refletir sobre a *erosão das soberanias*:

A governança fraca solapa o princípio da soberania, sobre o qual foi construída a ordem internacional posterior ao Tratado de Westfália, por que os problemas que os Estados fracos geram para sim mesmos e para outros Estados

umentam em muito a probabilidade de que outro membro do sistema internacional decida unilateralmente intervir nos seus negócios para resolver o problema pela força.

2. O Novo Padrão Demográfico Mundial

No século XX, uma das mais importantes conferências mundiais foi a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo em 1994.

Essa conferência apontou algumas sensíveis mudanças em relação às projeções e previsões realizadas pelos demógrafos na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, ocorrida no México em 1984.

Se compararmos o baixo ritmo de crescimento populacional nos países desenvolvidos e ainda o alto crescimento populacional da grande maioria dos países não desenvolvidos, para constatar-se em geral a desaceleração do crescimento demográfico em muitos países, teremos não mais uma explosão demográfica conforme discutido na Conferência do México, mas sim, um “novo padrão demográfico”.

Atualmente encontramos taxas declinantes de fertilidade e casamentos mais tardios com crescimento demográfico negativo no Japão e Europa Ocidental, enquanto que nos Estados Unidos e nos países emergentes da Ásia e da América latina elas se tornaram neutras.

A diminuição das taxas de natalidade em muitos países não desenvolvidos, nos últimos anos, não está relacionada a programas efetivos de controle de natalidade e de políticas de planejamento familiar oficiais. Os fatores que envolvem essa diminuição apontam para o crescimento econômico e o acesso a um consumo que oferece maior longevidade para essa população, que além de migrar para os pólos produtivos urbanos, têm acesso a informações e práticas alimentares até então desconhecidas, fruto de uma tendência mundial.

² FUKUYAMA, Francis, **Construção de Estados**, ed. Rocco, 2004.

Essa tendência importante, marcante nas últimas três décadas do século XX, é a aceleração das taxas de urbanização, principalmente nos países desenvolvidos. Segundo dados da Organização das Nações Unidas - ONU³, em 1994, 44,8% da população mundial vivia em cidades. As projeções mostram que, se mantida esta tendência de ritmo acelerado de crescimento universal da urbanização, a população urbana passará de 50% do total.

O Brasil dos anos 70 já tinha uma população maior que a urbana, com 55,98% dos brasileiros vivendo em cidades urbanas. Em 1980 já eram considerados urbanos 67,5% e em 1990, 75% dos brasileiros.

Segundo Tharcisio Bierrenbach⁴, na maioria dos países, especialmente nos desenvolvidos:

Já ocorreu a transição do regime de famílias numerosas e vidas curtas para a situação de famílias reduzidas e vidas mais longas, como a China que mudou de uma idade média de sua população entre 1975 e 2000 de 30 anos, sendo que em 2025 deve atingir 40 anos.

Essas informações de crescimento demográfico são importantes para entender o processo que ocorreu paralelo a essa realidade, o de globalização econômica, que exigiu novas formas de organização e integração, sem volta aos modelos anteriores, conforme veremos.

3. A Globalização Econômica

A globalização econômica, como uma nova fase ou nova forma dinâmica e estrutural da expansão do capitalismo, é um fenômeno marcado por uma grande complexidade, relacionado à lógica de expansão do capital na direção de uma intensa mundialização das relações de produção e dos padrões de consumo.

Nesse sentido, a globalização é para uma parte dos estudiosos, um estágio do processo histórico de expansão do capitalismo, tratando-

se de um movimento que começou com a constituição de mercados que se deslocaram para fora da Europa com a expansão comercial.

Ocorre que o fenômeno da globalização confunde-se com a antiga internacionalização de mercadorias e da produção capitalista. A globalização não é uma mera ampliação quantitativa e geográfica do processo de expansão, pois a não distinção entre os conceitos de internacionalização e de globalização impede a compreensão da globalização como um fenômeno inovador, mais complexo, marcado essencialmente pela maior integração de mercados, pela maior interdependência e complementação entre os países.

Essa ideia, da interdependência, é vista por Gilberto de Mello Kujawski⁵:

Como um movimento ou via de mão dupla, com a crescente uniformização dos padrões de vida, gosto e pensamento, relativizando dependências unilaterais, dominação econômica e não podendo ser identificado como um nome novo de imperialismo.

A globalização nesse sentido pode ser caracterizada como um fenômeno histórico, fase intensamente expansiva do desenvolvimento do capitalismo na sua dinâmica. Impulsionada pela expansão do capital produtivo e financeiro, levado a uma maior *integração* de mercados e à interdependência econômica dos países.

Todo esse processo é liderado por empresas ou conglomerados de bancos transnacionais, que comandam e definem padrões produtivos, comerciais e tecnológicos.

Segundo o Banco Mundial, a expansão financeira (circulação de dinheiro no mundo), aumentou em 100 vezes em 30 anos e passou de 1 trilhão de dólares em 1995 sob forma de investimentos internacionais num mercado financeiro cada vez mais globalizado.

Importante ressaltar o enorme crescimento do comércio internacional, que aumentou num ritmo maior do que o

³ Retirado de www.onu.org.br. Acesso em 06.05.2014

⁴ SANTOS, Tharcisio Bierrenbach de Souza, **Cenários e Perspectivas da Economia Brasileira**, in EXPOMANAGEMENT, 2005.

⁵ KUJAWSKI, Gilberto de Mello, **Globalização e Internacionalização**, in: O Estado de São Paulo, 01.02.97

crescimento econômico dos países. Com isso, constituíram-se e ampliaram-se os blocos econômicos regionais, com o desaparecimento de barreiras alfandegárias, de reservas de mercado e entraves de políticas internas.

Para Milton Santos⁶:

A globalização altera profundamente as quantidades e qualidades do território, por que exige que ele seja fluido. Na globalização uma das condições indispensáveis é que o território seja capaz de produzir grande fluidez dos produtos, dos homens, das idéias e mudança nos lugares.

4. Os conflitos, contradições e problemas de sua realização

Desde a década de 80, uma ampla integração de mercados ocorreu e o maior crescimento do comércio internacional, paradoxalmente, se iniciou também em um período em que as taxas de crescimento da maior parte das economias do mundo não desenvolvido e também dos países desenvolvidos ficaram abaixo de 3%, desacelerando economias e gerando recessão.

As disputas no âmbito do comércio internacional, como ocorreram na 1ª Cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC), servem como uma mostra desse clima contencioso.

Na OMC continua a haver pretendentes aos exportadores de mais e importadores de menos, valendo ainda o slogan “faça o que eu prego e não faça o que eu faço.”

O comércio internacional, no contexto da globalização, é caracterizado por uma grande complexidade e marcado por indisfarçáveis conflitos de interesses setoriais, nacionais e regionais. As discordâncias entre os EUA e o Brasil, em razão do MERCOSUL e da criação da pretensa ALCA, mostram as diferenças nas intenções de uma maior ou não liberalização comercial.

A demonstração das contradições de uma globalização e seus desafios para um país como

o Brasil foi feita pelo ex-secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, Roberto Giannetti, onde conviveu com a problemática do comércio exterior nas décadas de 70 e 80, a frente de empresas brasileiras, abrindo fronteiras para o Brasil e tendo que lidar com as diversidades culturais e políticas e as crises econômicas geradas em uma época de integrações.

Segundo Roberto Giannetti⁷:

Um dos principais desafios da nação brasileira neste novo século é o de optar entre ser importante ou irrelevante no mundo. Mesmo após três décadas de crises no Brasil e em outros países, crises que tanto tumultuaram a vida econômica e o desempenho das empresas em nosso país, e mesmo durante as décadas de 80 e 90, reafirmam a confiança no potencial competitivo da economia brasileira e na real possibilidade de nos posicionarmos vantajosamente no mercado global.

Na maior parte das economias avançadas, um traço comum na evolução das finanças desde o início da última década de 80, tem sido a crescente combinação de atividades bancárias e não bancárias (com *securities* e operações de seguros) dentro dos conglomerados financeiros.

Nesse sentido, as instituições financeiras apostaram na obtenção de economias de escopo e integração funcional bancária.

Segundo estudos de especialistas como Cintra e Freitas⁸, entendendo como desregulamentação a abolição ou relaxamento de certos controles ou barreiras existentes, mas não a eliminação da regulação financeira:

O fator considerado como principal determinante da integração de funções bancárias e não bancárias tem sido a desregulamentação financeira nas economias avançadas.

Entende-se que em alguns países tem sido marcante a heterogeneidade nas regras dos

⁶ SANTOS, Milton, *A Natureza do Espaço*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1996.

⁷ FONSECA, Roberto Gianetti, *Memórias de um Trader*, ed. IOB, São Paulo, 2002.

⁸ FREITAS, M. C. P., CINTRA M.A. M., *Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros*, Ed. FUNDAP/PAPESP, São Paulo, 1998

processos de transição, como a União Européia, o Japão e os Estados Unidos.

Isso ocorre por que a pressão por uma menor heterogeneidade nos marcos regulatórios, sendo o acordo de Basiléia, ocorrido em 1988, apenas um passo inicial para essa regulação e no Brasil, sua ampliação para os acordos de Basiléia II e III.

5. A globalização financeira e a economia mundial

A globalização dos mercados financeiros, mas especificamente os de atividade bancária, após a globalização econômica e a Nova Ordem Mundial, é um processo em curso desde os anos de 60, com o desenvolvimento do mercado de euro-dólares, bem como da reciclagem de petrodólares e do financiamento bancário às economias em desenvolvimento, mais especificamente da Europa Oriental nos anos 70.

Segundo o Ministério da Fazenda, de 2005 a 2010, com um contexto de liberalização, seguiram-se oportunidades de regulamentação e arbitragem do mercado, acompanhada da apropriação dos benefícios de diversificação de riscos pelos investidores institucionais internacionais.

Nesse sentido, a globalização financeira passou a ter como desafios três níveis de sistemas regulatórios nacionais ou regionais:

- a) o comércio de serviços financeiros além-fronteiras;
- b) investimentos de instituições multinacionais em mercados financeiros no exterior; e
- c) transações entre instituições financeiras situadas em países distintos.

Por conta desses desafios, a criação de novas demandas em termos de redes de segurança financeira em níveis nacional e internacional aumentou em virtude de brechas nas transações não sujeitas ao alcance de algum sistema regulatório.

Além de gerar soluções para essas brechas, a coexistência entre sistemas regulatórios diferenciados e mercados globais

pode ainda suscitar vantagens concorrenciais entre instituições financeiras de países distintos. Essas vantagens exigiram formas de harmonização regulatórias, que culminaram em acordos imprescindíveis aos negócios financeiros globais, tendo sido esta inclusive a razão principal do Acordo de Basiléia.

Para isso, permitir a concorrência entre centros financeiros rivais, com suas diferenças regulatórias, na expectativa de que as regras e instituições convirjam em direção a algum padrão, tem sido a proposta de solução e a aposta dos países que passaram a integrar seus sistemas financeiros.

Segundo a Herring e & Litan⁹:

A circunstância da heterogeneidade europeia, como ponto de partida, desenvolveu a solução de compromisso envolvida na competição, com suavizações dos efeitos da concorrência, na medida em que foi necessário para a unificação europeia.

Com a realidade dessa nova ordem mundial, da globalização econômica e do mercado financeiro, faz-se necessário a melhor integração do sistema econômico global.

Essa realidade, que anunciou uma tendência e modificou os pilares das instituições criadas para atender necessidades de seus países, fez surgir novos blocos econômicos, pautados na necessidade de um comércio internacional integrado com suas próprias lógicas regionais, juntamente com uma regulamentação necessária para seu justo funcionamento e ofereceu nova dinâmica aos acordos bilaterais e a construção de novos marcos regulatórios.

A Nova Ordem Mundial determinou, com o uso das novas tecnologias e dessa dinâmica globalizada e integrada, amparada por um estímulo de consumo, um comportamento social e de padrões de identidade não registrados antes, contribuindo para o aperfeiçoamento da chamada Sociedade da Informação.

⁹ HERRING, R & LITAN, R, **Financial Regulation in the Global Economy**, Ed. The Brookings Institution, Washington, 1995

Considerações Finais

A globalização econômica ocorrida pela integração das nações sobretudo ao final do século XX, juntamente com a viabilização de novas tecnologias foi determinando para oferecer uma nova dinâmica mundial, oferecendo a Sociedade Internacional a construção da chamada Nova Ordem Mundial.

Essa Nova Ordem Mundial, aliada a uma dinâmica de poder descentralizada por conta da inclusão digital, mas, sobretudo, pelo acesso a

informação antes centralizada, desenvolveu o aperfeiçoamento da recente Sociedade da Informação.

Os institutos tradicionais como família, propriedade e contrato passaram a ter nova ótica nessa Nova Ordem Mundial, tendo como dinâmica o surgimento de valores pautados na Informação de forma transnacionais dentro de um sistema econômico global em constante mutação.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana Moreira e SILVA, Luiz Afonso Simoens da, **Integração Monetário-Financeira do Mercosul**, Revista de Estudos Econômicos da Faculdade de Economia da USP, 2000.

DUPAS, Gilberto, **Atores e Poderes na Nova Ordem Global**, São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESTEVES, Luiz Paulo, **Instituições Internacionais: Comércio, Segurança e Integração**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2003.

FERREIRA, Edson Alberto Carvalho, **Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Núcleo, 1997.

FERREIRA, Edson Alberto Carvalho, **O Mundo Contemporâneo**. São Paulo: Editora Núcleo, 1993.

FONSECA, Roberto Giannetti da, **Memórias de um Trader**. São Paulo: Editora IOB, 2002.

FUKUYAMA, Francis, **Construção de Estados**. São Paulo: Editora Rocco, 2004.

FUKUYAMA, Francis, **Confiança, Valores Sociais & Criação de Prosperidade**. Lisboa: Editora Gradiva, 1996.

HERRING, R. & Litan, R, **Financial Regulation in the Global Economy**. Washington: The Brookings Institution, 1995.

LIMA, Marcos Costa *at all*, **O Mercosul no Limiar do Século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

LIMA, Gilberto Tadeu, **Evolução Recente da Regulação Bancária no Brasil**. São Paulo: Temas de Economia Internacional, Ministério da Fazenda, site: www.secretariadafazenda.gov.br.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello, **Globalização e Internacionalização**, in: O Estado de São Paulo, 01.02.1997.

MISHKIN, F, **The Economics of Money, Banking and Financial Markets**. New York: Addison-Wesley, 1996.

GILPIN, Robert, **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UNB, 2001.

GOTTSCHALK, Ricardo, **O Novo Acordo da Basileia no Brasil e na Índia: Uma Análise Comparada**. Economia Política Internacional, 2005.

GONÇALVES, R et all, **A Nova Economia Internacional: uma Perspectiva Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

OLIVA, Carlos, **América Latina, el Caribe y Cuba en el Contexto Global**, Araraquara: Editora UNESP, 2002.

RENÉ, David, **Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo**, São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

SIMONSEN, Advogados, **MERCOSUL de fato**. São Paulo: Editora Makron Books, 1998.

ZYLBERTAIN, Hélio *at all*, **Processos de Integração Regional e a Sociedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.